

Os sindicatos e o pacto da Fiesp: muita cautela.

A proposta de um pacto antiinflação que a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) pretende apresentar hoje às principais lideranças sindicais está sendo vista com reservas pelos trabalhadores, principalmente, a aplicação de um redutor para preços e salários. Os trabalhadores afirmam que seus salários já estão submetidos a um redutor, a URP, que sempre caminha abaixo da inflação. E que, embora criada originalmente para corrigir preços e salários a URP só é aplicada aos salários; os preços sobem livremente, sem qualquer relação com o índice.

Para Mário Monti, diretor da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo, um pacto social ainda no segundo semestre só será possível se o governo "tomar algumas atitudes, como a contenção dos gastos públicos e também dos gastos desnecessários". Os gráficos têm data-base em 1º de outubro (os que trabalham em jornais) e 17 de novembro (empregados em gráficas). São 95 mil trabalhadores. Mário Monti acredita que o pacto não possa prejudicar o trabalhador "ainda mais do que a atual política econômica. A defasagem nos salários da nossa categoria já chega a 40%. O trabalhador deve participar ativamente da aplicação do pacto, mas sem abrir mão de suas reivindicações de reposição salarial".

"Abandonar a expressão pacto." Esta é a reação de Argeu Egídio dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, sobre a proposta da Fiesp. Argeu não quer opinar sobre o que chamou de "acordo para reduzir o processo inflacionário", preferindo aguardar os resultados da reunião de hoje. Segundo o sindicalista, os metalúrgicos não aceitam ter seu poder de compra prejudicado "ainda mais".

Apenas os metalúrgicos de Osasco,

Guarulhos e São Paulo terão data-base no segundo semestre (novembro), envolvendo 550 mil trabalhadores.

Outra categoria com data-base em novembro é a dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem, que somam 70 mil na Capital (200 mil em todo o Estado). Nilton Otaviano dos Santos, diretor do sindicato, afirma que o "estabelecimento de um pacto por três meses, como foi sugerido, será prejudicial aos trabalhadores se interferir nas negociações salariais". Nilton Otaviano criticou a URP, dizendo que "ela não está conseguindo recompor o poder de compra dos trabalhadores e isso vem causando aumento gradativo das perdas salariais".

Entre os setores que integram o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Confecção, o da Camisas e Roupas Brancas tem dissídio coletivo em 5 de agosto e reúne cerca de 10 mil trabalhadores. Para Reinaldo Pinto Rocha, diretor do sindicato, "antes de haver pacto, o governo deveria conter os gastos públicos" para tentar segurar a inflação. Disse ainda que o trabalhador "não pode ser prejudicado em qualquer tipo de acordo, ou pacto, que venha a ser estabelecido, principalmente no que concerne às perdas salariais".

Os bancários, com data-base em setembro, já estão com sua pauta de reivindicações praticamente concluída. Eles são 300 mil trabalhadores no Estado. O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Gilmar Carneiro, informou que no dia 27 de agosto será entregue aos banqueiros a minuta das reivindicações: 88% de reajuste (com reposição do resíduo inflacionário), mais 15% de produtividade. Carneiro vem acompanhando de perto as discussões sobre a proposta da Fiesp. Participou da reunião entre a Fiesp e a CUT, na última terça-feira, e deverá comparecer à de hoje.